

GERALD HORNE

O Sul mais distante

*O Brasil, os Estados Unidos
e o tráfico de escravos africanos*

Tradução
Berilo Vargas



Copyright © 2007 by New York University Press

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original

The Deepest South: The United States, Brazil and the African Slave Trade

Capa

Rita da Costa Aguiar

Foto de capa

Courtesy Everett Collection/ LatinStock

Preparação

Sérgio Marcondes

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Márcia Moura

Marise Leal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (cip)

Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil

Horne, Gerald

O Sul mais distante : o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos / Gerald Horne ; tradução Berilo Vargas.
— São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

Título original: The Deepest South: The United States, Brazil
and the African Slave Trade

ISBN 978-85-359-1680-5

1. Tráfico de escravos – América – História – Século 19 2. Tráfico de escravos – Brasil – História – Século 19 3. Tráfico de escravos – Estados Unidos – História – Século 19 1. Título.

10-04750

CDD-900

Índice para catálogo sistemático:

1. Tráfico de escravos : História social 900

[2010]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORAS SCHWARZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

Sumário

Introdução	7
1. Rumo ao Império do Brasil	31
2. Na África	53
3. Comprando e sequestrando africanos	80
4. Wise, o sábio?	99
5. Crise	125
6. Os Estados Unidos vão tomar a Amazônia?	155
7. Legalizar o tráfico de escravos?	184
8. A Guerra Civil começa, o tráfico de escravos continua	217
9. Deportar negros americanos para o Brasil?	247
10. Confederados no Brasil	283
11. O fim da escravidão e do tráfico de escravos?	316
Epílogo	347
Notas	361
Índice remissivo	463

1. Rumo ao Império do Brasil

O Brasil, que faz fronteiras com todos os países da América do Sul exceto o Chile e o Equador, tem apenas uma fração mínima do seu território, na região mais ao sul, situada na zona temperada. Seu litoral se estende por 7400 quilômetros, e o país fica equidistante da África e dos Estados Unidos — uma situação que exercia atração quase incontrolável em cidadãos americanos interessados em perpetuar o tráfico de escravos.¹ Este capítulo abordará os primórdios da participação dos Estados Unidos (e das treze colônias) no lucrativo tráfico de escravos para o Brasil, antes da expansão da atividade nos anos 1840.

O vínculo escravista entre o país que mais tarde se chamaria Estados Unidos e o Brasil remonta, pelo menos, ao começo do século XVII, quando os holandeses controlavam os Novos Países Baixos — ou seja, “Nova York” — e uma colônia no Brasil, e transportavam escravos africanos dessa colônia para a América do Norte.² Mesmo depois que os holandeses perderam o controle

de sua porção do Brasil e Portugal restaurou seus domínios, essa colaboração no tráfico de escravos entre as Américas do Norte e do Sul prosseguiu. No começo do século XVIII, Thomas Amory, de Charleston, que comerciava regularmente na África Ocidental, “comentou como era fácil enviar escravos para o Brasil”, pois “negros vendem-se tão bem na Carolina [do Sul] quanto no Brasil”.³ Apesar disso, o tráfico de escravos para o Brasil era dominado por comerciantes do Nordeste dos Estados Unidos.⁴ A família de Mary Robinson Hunter, cujo marido serviu como diplomata no Rio de Janeiro a partir da década de 1830, destacou-se nesse tipo de atividade.⁵

As relações iniciais entre brasileiros e colonos americanos foram favorecidas pelos contatos existentes entre a Grã-Bretanha e Portugal. A aliança entre Londres e Lisboa era antiga — situação que ficou clara na rendição em Yorktown, onde o homem que apresentou a espada de Cornwallis foi Charles O’Hara, “filho bastardo de lorde Tyrawley, embaixador inglês em Portugal” e “de sua amante, Anna, dama portuguesa”. Isso refletia o fato de que “muitos ingleses, em razão de antigos vínculos sociais e de cargos comerciais, faziam negócios e moravam no Brasil e em Portugal”.⁶ A aliança Londres-Lisboa, por sua vez, facilitou a criação de laços entre a América do Norte e o Brasil.⁷ A relação não terminou depois da Revolução [Americana], o que é demonstrado pela destaca cada participação de comerciantes americanos no tráfico de escravos para Montevidéu no fim do século XVIII.⁸

O interesse da jovem república pela América do Sul era palpável.⁹ Já bem cedo Thomas Jefferson dera instruções a John Jay sobre a possibilidade de Portugal ser expulso do Brasil; sua opinião, de que “os escravos ficarão do lado dos seus donos”,¹⁰ parecia mais pensamento positivo do que fato, ou anseio por um desenlace que seria bom para ele. Antecipando seu conterrâneo virginiano Matthew Fontaine Maury, Jefferson afirmou que “é impos-

sível não olhar para uma época distante [...] [quando os Estados Unidos] abrangeriam todo o Norte do continente, ou até mesmo o Sul”.¹¹ Segundo o historiador do direito A. Leon Higginbotham, há “muitos motivos para se acreditar que [Thomas] Jefferson não se sentia muito incomodado com o tráfico internacional de escravos”,¹² sugerindo com isso que um dos Pais da Pátria também antecedeu os mais agressivos *fire-eaters* da década de 1850 na idealização de um império escravocrata que se estenderia pelas Américas.

Como seus companheiros de ontem e de hoje, os revolucionários da América do Norte não se pejavam de exercer influência além das fronteiras do país, tendência essa que se manifestou quando intelectuais brasileiros “procuraram Jefferson sigilosamente na França, em busca de conselho confidencial”, justamente no momento em que “estudantes estrangeiros [do Brasil] na Universidade de Coimbra devoravam relatos sobre a Revolução Americana e suas inovações constitucionais”. O “mártir da frustrada revolução brasileira de 1789 [Tiradentes]” em Minas Gerais “trazia no bolso um exemplar da tradução francesa das constituições do Estado americano, apesar de ter de pedir a outros que o socorressem para lê-la, pois não sabia francês”.¹³ Jefferson, provavelmente o Pai da Pátria que deu mais atenção a seus vizinhos da América do Sul, observou, já em seus últimos anos de vida, que “ficaria feliz de ver as frotas do Brasil e dos Estados Unidos navearem juntas, como se pertencessem à mesma família e tivessem os mesmos interesses”.¹⁴

Não está muito claro se Jefferson, que como se sabe era proprietário de escravos, tinha em mente a peculiar instituição quando vislumbrou a aliança entre o Brasil e os Estados Unidos, mas é certo que a escravidão era a principal característica comum a esses dois vastos países.¹⁵ A atitude hesitante dos Estados Unidos a respeito da questão do tráfico de escravos africanos deve, muito

provavelmente, ter contribuído para a proliferação dos traficantes americanos no mercado da América do Sul. Apesar de, ao longo do tempo, os holandeses terem sido superados pelos portugueses no Brasil, negociantes de escravos provenientes da América do Norte continuaram consistentemente presentes na América do Sul. Embora se interpretasse uma cláusula infame no sentido de que o comércio de escravos seria restringido a partir de 1808, o tráfico, “ironicamente [...] tornou-se mais lucrativo depois que a Constituição dos Estados Unidos foi ratificada”; “três anos antes de a cláusula expirar, a demanda por escravos disparou tão violentamente que os negociantes tiveram dificuldade para suprir o mercado. Na realidade, o ano de maior movimento para os traficantes em toda a história de Rhode Island foi 1805”. Portanto, “de 1804 a 1807 decretos estaduais e federais, que mandavam levar a juízo e multar traficantes de escravos, foram ignorados em Bristol; o número de navios que partiam daquele porto para a África disparou”.¹⁶ Esses navios visitavam constantemente a fértil região de caça de escravos que era Moçambique¹⁷ — bem como o Brasil,¹⁸ onde o negócio era lucrativo e diversificado.¹⁹ Tantos negros desembarcavam no Rio de Janeiro que alguns tiveram a ideia, na Cidade do Cabo, de “comprar escravos” no Brasil e “libertá-los, de acordo com certas condições, na Cidade do Cabo”²⁰

No começo do século XIX, considerável número de “negros do leste da África, principalmente” da colônia portuguesa de Moçambique, “faziam parte das cargas levadas para Charleston”, na Carolina do Sul,²¹ do mesmo modo que a colônia portuguesa de Angola havia fornecido considerável percentagem dos negros da Virginia.²² Havia um interesse contínuo no tráfico de escravos entre os Estados Unidos, de um lado, e Portugal e suas colônias — na África e na América do Sul, em especial — de outro.

De fato, embora uma lei federal de 1794 tivesse tornado ilegal a participação de cidadãos americanos no tráfico de escravos

africanos — além das fronteiras dos Estados Unidos — tal medida não foi aplicada com rigor; a lei foi reforçada em 1800, em 1808 aprovou-se outro projeto do mesmo gênero, e depois da Guerra de 1812 leis parecidas entraram em vigor.²³ Apesar de tantas leis, cidadãos americanos não deixaram de participar do tráfico de escravos africanos.

Mesmo ante essa legislação restritiva, estimativas dão conta de que milhares de negros continuavam a ser levados anualmente para a América do Norte, no primeiro quartel do século XIX,²⁴ com africanos sendo contrabandeados tanto em linha direta pelo Atlântico como por meio de pontos mais ao sul, através de Cuba, Jamaica e América do Sul.²⁵ Embora essas estimativas pareçam exageradas, indicam uma tendência que perdurou até o fim oficial do tráfico, após a Guerra Civil: quando o tráfico de africanos era praticado no hemisfério com a mesma liberalidade do comércio de barrigas de porco na Chicago de hoje, era acompanhado pelo sequestro de negros livres ao norte da linha de Mason-Dixon, os quais eram vendidos para o sul como escravos — talvez para “o Sul mais distante”, ou seja, o Brasil, no que correspondia a um caótico livre mercado.²⁶ De fato, alguns defensores mais doutrinários do livre comércio argumentavam que “nenhuma barreira artificial, de espécie alguma, deve ser erguida contra a livre circulação de produtos, incluindo escravos”.²⁷

Oficialmente, Washington era hostil ao tráfico de escravos africanos, muito embora a Sociedade Africana de Londres tivesse motivos para duvidar disso, e em 1816 chamasse a atenção para a “súbita substituição da bandeira espanhola pela americana” nos navios envolvidos com esse comércio. Dessa maneira, “o tráfico de escravos, que agora pela primeira vez assumiu roupagem espanhola, era na realidade apenas o tráfico praticado, sob disfarce, por outros países”. Em 1817, o governador de Serra Leoa achava que havia “maior número de navios dedicados ao tráfico [de es-

cravos] do que em qualquer outra época". Washington hesitava em participar dos esforços para suprimir o tráfico, com base no princípio de defesa da soberania.²⁸ Portanto, mesmo antes de banir a escravidão, a Grã-Bretanha já pressionava os Estados Unidos para abandonar o tráfico de escravos.²⁹

Em 1817, Portugal assinou um tratado estipulando que o tráfico de escravos na costa da África "deverá cessar completamente ao norte do Equador" e "que será ilegal para seus súditos comprar ou vender escravos, exceto ao sul da linha". Entre outras coisas, isso era, para todos os efeitos, uma declaração de que Angola se tornaria uma importante região de caça de escravos africanos.³⁰ Em 1818, os Estados Unidos foram consultados sobre uma possível parceria com Londres para a eliminação do tráfico de escravos, objetivo esse que, no "Artigo 10 do Tratado de Ghent (1814)", o novo país concordou em alcançar; mas no Senado dos Estados Unidos "a questão do tratado contra o tráfico de escravos misturou-se com o tema da escravidão interna e a Convenção de 1824 nunca foi ratificada".³¹ A abordagem agressiva de Londres não foi adotada por Washington, nem por Lisboa. E os portugueses ficaram particularmente ressentidos, por não terem recebido a mesma consideração que sempre demonstravam a Londres.³²

Londres informou bruscamente ao secretário de Estado John Quincy Adams o que ele já deveria saber: "Os Estados Unidos nunca mantiveram, em época alguma, mais de dois cruzadores, raramente mais de um, e ultimamente, durante vários meses, nenhum navio de guerra, de espécie alguma, na região africana. Ainda em 14 de janeiro de 1822, foi declarado, oficialmente, pelo governador da Serra Leoa, 'que os belos rios de Nunez e Pongas eram totalmente controlados por desertores europeus e traficantes americanos de escravos'". Adams, por sua vez, vetou propostas de Londres para deter essa desobediência à lei, reconhecendo, entretanto, que o tráfico de escravos era "pirataria" e arremetendo

contra “Portugal, única potência marítima europeia que ainda não declarou o tráfico de escravos africanos, sem exceção, ilegal”?³³ Enquanto isso, navios saídos de Mobile e New Orleans foram capturados com grande quantidade de escravos africanos a bordo,³⁴ e repetidas acusações foram feitas a Galveston e Brunswick, Geórgia, como filtros do contrabando de africanos.³⁵ De fato, ao calcular o número de africanos conduzidos ilegalmente para os Estados Unidos depois de 1808, devem ser incluídas as significativas quantidades provenientes de territórios — como Florida e Texas — que só caíram na esfera de influência de Washington muito mais tarde.³⁶

Devido a essa propensão dos Estados Unidos, era inevitável que suas atenções se voltassem para o país que se tornava o maior mercado de escravos do mundo, o Brasil. Portugal era visto como uma potência relativamente fraca no controle dessa imensa colônia, podendo, portanto, ser desalojada a qualquer momento: em 1817, houve no Brasil uma tentativa rebelde, envolvendo cidadãos americanos, destinada a atacar o Brasil num esforço para “sacudir os alicerces do recém-eleito trono dos Bragansa [sic]”.³⁷ Subsequentemente, as relações entre Lisboa e Washington foram prejudicadas pela “chegada” de “dois navios americanos em missão clandestina de transporte de armas” para abastecer aqueles que chefiam essa “revolta”, em Pernambuco. Ao mesmo tempo, “Baltimore adquiriu notória reputação como principal ponto de reunião de corsários que operavam em águas brasileiras contra o comércio português”, reputação essa que “piorava as relações diplomáticas e navais”.³⁸ O cônsul dos Estados Unidos em Pernambuco, Joseph Ray, confidenciou a John Quincy Adams, em 1818, que as autoridades locais “veem os americanos, desde a Revolução, como pessoas suspeitas, que aqui chegam com o único objetivo de ajudar a causa patriótica neste país”.³⁹ No Rio de Janeiro, havia a preocupação de que Washington tentasse tirar partido

das tendências fissíparas que fomentavam revoltas separatistas no Brasil.

Isso ocorria num momento em que a América Latina mergulhava num clima de instabilidade, marcado pelas lutas de liberação nas colônias espanholas. Apesar de John Quincy Adams ter informado a seu correspondente em Buenos Aires que os Estados Unidos se dispunham a “manter uma neutralidade imparcial entre as partes”, isso não o impediu de ir a Washington para tentar obter “determinado número de navios de guerra para os governos de Buenos Aires e do Chile”.⁴⁰

Washington talvez desejasse estreitar relações com Buenos Aires, entre outros motivos porque os laços com o Brasil português se esfiapavam. Quando John Graham, o enviado dos Estados Unidos, chegou ao Rio de Janeiro em agosto de 1819, depôs-se com vários problemas. Depois de uma “agradável travessia de quarenta e sete dias”, ele teve “dificuldades” para “encontrar acomodações” para sua “família”; finalmente, conseguiu um encontro com “o Rei”, mas o rei “falava muito baixo e em português, língua”, disse Graham, “na qual meus conhecimentos ainda são muito limitados”. Portanto, disse ele, “falei com ele em espanhol”, o que deve ter sido o menor de seus muitos problemas; pois, quando tentou discutir “intercâmbio comercial” com o “ministro das Relações Exteriores”, foi informado, “de forma brusca”, de que “não era o momento adequado” para “falar de arranjos comerciais quando dois países estavam quase em estado de guerra”, entre outras causas devido às “duras medidas tomadas nos portos” do Brasil “contra navios dos Estados Unidos”. Alguns tripulantes foram mesmo presos e “submetidos a trabalho duro, acorrentados, sem terem cometido crimes graves”.⁴¹ Boatos sobre expedições piratas dos Estados Unidos — ou tentativas armadas de auxílio a mudanças de regime — também não devem ter ajudado, com Washington ainda ressentida, porque “durante a úl-

tima guerra entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, súditos portugueses foram encontrados a bordo de navios de guerra britânicos capturados”.⁴²

Negros americanos, geralmente às turras com o governo que os oprimia, frequentemente também criticavam Lisboa. *Freedom's Journal*, o pioneiro dos periódicos negros, denunciou Portugal por ter-se “recusado a abandonar este negócio [de escravos]”, notando especificamente o argumento usado por Lisboa de “praticá-lo para suprir suas ilhas africanas, os Cabos de Verds [sic] [...] de onde é fácil levar escravos para o Brasil”.⁴³ Por sua vez, “notícias de como viviam os negros nos Estados Unidos horrorizavam os brasileiros, quando liam relatos de viagem ou escutavam histórias contadas por parentes que tinham visitado a Virginia ou o Mississippi”.⁴⁴ Suas opiniões podem ter sido influenciadas mais ainda pelo fato de que “escravos dos Estados Unidos, Cuba, norte da América do Sul, Uruguai e Argentina também foram morar no Rio”.⁴⁵ Por serem artigos de alto valor, africanos escravizados provavelmente tinham maior probabilidade de serem levados, com seu dono, da América do Norte para a América do Sul, do que, por exemplo, um cavalo de estimação.

Fugindo de Napoleão, o acuado monarca português mudou-se para o Brasil, onde, em 1815, Brasil e Portugal foram declarados um só reino; em 1820, foi chamado de volta à Europa, devido a distúrbios surgidos em sua terra natal. Aproveitando-se dessa desordem, e de revoltas semelhantes na América Latina, o Brasil proclamou sua independência em 1822 — acontecimento que não desagrado a algumas autoridades em Washington, que gostariam de ver reduzida a influência das potências europeias no hemisfério. Além disso, “uma importante razão para que os proprietários de terras e de escravos brasileiros apoiassem uma monarquia independente no Brasil era justamente enxergarem na independência um jeito de escapar das rigorosas pressões da Grã-

-Bretanha sobre Portugal pela completa e imediata abolição do tráfico de escravos” — fator que também tinha seu apelo em certos setores de Washington.⁴⁶ “O reconhecimento do Brasil”, disse o representante dos Estados Unidos no Brasil, Condy Raguet, ou seja, “a consumação desse ato *perante qualquer outro país* nos daria uma influência que, de outra forma, nunca poderíamos [conseguir]” [destaque no original].⁴⁷

Enquanto emergia para a vida independente, o Brasil passava por notáveis transformações em sua composição; de 1790 ao fim do comércio legal de africanos no Atlântico, em 1830, o Rio de Janeiro viu quase 700 mil africanos desembarcarem em seu porto. Esse número representava dois terços de todas as importações do Brasil naquele período, com 80% provenientes apenas do centro-oeste da África.⁴⁸ Mesmo nesse estágio inicial, já havia envolvimento de cidadãos americanos. Em 1821, R. S. Long cumpria sentença de cinco anos de prisão em Angola; era um “americano [...] envolvido no tráfico de escravos [...] sob bandeira portuguesa [...] eu entendi”, disse o cônsul dos Estados Unidos, James Bennett, “que ele foi piloto mas agora parece que era proprietário”.⁴⁹

Esse influxo de africanos ao Brasil foi acompanhado de um drástico aumento de seus preços, que chegaram a dobrar entre 1820 e 1850, salto muito acima do verificado nos Estados Unidos no mesmo período, o que inevitavelmente chamou a atenção — e despertou a iniciativa — de escravocratas americanos.⁵⁰ A chegada desse grande contingente de escravos provocou importante aumento da produção agrícola, que combinado com o lento colapso dos cafeicultores de Santo Domingo, depois de 1790, e com a queda da produção do café cubano depois de arrasadora série de furacões, na década de 1830, finalmente puseram o Brasil em indiscutível primeiro lugar na produção cafeeira do Novo Mundo.⁵¹